ISSN: 2358-8829

PRÁTICAS DE LEITURA NO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES DE ALBERTO MANGUEL, PAULO FREIRE E ROGER CHARTIER PARA A FORMAÇÃO LEITORA

João Antonio de Sousa Lira1
Walter Rodrigues Marques2

RESUMO

Este artigo discute a formação leitora no Ensino Superior a partir das contribuições de Alberto Manguel, Paulo Freire e Roger Chartier. O objetivo é compreender como as dimensões histórica, subjetiva, política e cultural da leitura podem contribuir para superar práticas universitárias centradas na memorização e na reprodução de conceitos. Trata-se de um ensaio teórico de natureza bibliográfica e abordagem interpretativa, cujo corpus principal reúne Uma história da leitura, de Manguel, A importância do ato de ler e Pedagogia da autonomia, de Freire, e A história cultural: entre práticas e representações, de Chartier. A comparação dos referenciais mostra que o leitor não recebe sentidos prontos: interpreta a partir de sua trajetória, das relações sociais e da materialidade dos textos. Como contribuição analítica, o estudo propõe três princípios para a mediação da leitura universitária: historicidade, diálogo e atenção às condições de apropriação. Esses princípios deslocam a explicação das dificuldades de leitura, geralmente concentrada no estudante, para a relação entre repertórios, convenções acadêmicas e práticas de ensino. Conclui-se que a formação leitora universitária precisa combinar orientação docente, participação autoral e explicitação dos modos de ler próprios de cada campo, preservando o rigor acadêmico sem tratar suas convenções como conhecimentos evidentes ou universais.

Palavras-chave: leitura, Ensino Superior, formação leitora, pedagogia crítica, práticas culturais.

INTRODUÇÃO

A leitura ocupa lugar central na formação acadêmica e humana no Ensino Superior, pois participa do desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia intelectual e da atuação consciente na vida social. No cenário contemporâneo, a circulação acelerada de informações e o uso intensivo de tecnologias digitais convivem com leituras fragmentadas e orientadas por demandas imediatas. Embora a universidade exija contato frequente com textos especializados, a compreensão de gêneros acadêmicos, conceitos e argumentos não decorre automaticamente do ingresso em um curso superior; ela demanda ensino, acompanhamento e mediação pedagógica.

Quando a leitura é reduzida ao cumprimento de prazos, à memorização ou à reprodução de interpretações previamente autorizadas, seu potencial formativo se enfraquece. A dificuldade encontrada por estudantes também não pode ser explicada apenas como deficiência individual. Ela envolve condições de acesso aos textos, repertórios culturais, familiaridade com a linguagem acadêmica, tempo disponível e modos institucionais de organizar as atividades. Compreender esse conjunto de fatores permite deslocar a discussão da culpabilização do leitor para a responsabilidade pedagógica compartilhada.

1 Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo - USP. E-mail: joao.lira.antonio1@gmail.com.
2 Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo - USP. E-mail: waltermarques@usp.br.

ISSN: 2358-8829

Nesse contexto, as contribuições de Alberto Manguel, Paulo Freire e Roger Chartier oferecem perspectivas complementares. Manguel destaca a leitura como experiência histórica, afetiva e subjetiva; Freire a compreende como ato crítico e político relacionado à leitura da realidade; e Chartier analisa as práticas de leitura como apropriações culturalmente situadas, condicionadas pelos suportes e pelos contextos sociais. O objetivo deste artigo é discutir como essas abordagens ajudam a compreender os desafios da formação leitora no Ensino Superior. A articulação proposta não pretende apenas reunir três autores, mas elaborar princípios de mediação capazes de relacionar a agência do leitor, o diálogo pedagógico e as condições sociais e materiais da leitura.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como ensaio teórico de natureza bibliográfica e abordagem interpretativa. O corpus principal é constituído por *Uma história da leitura*, de Alberto Manguel (2004), *A importância do ato de ler* e *Pedagogia da autonomia*, de Paulo Freire (2001; 1996), e *A história cultural: entre práticas e representações*, de Roger Chartier (1990). As obras foram selecionadas por apresentarem perspectivas convergentes e, ao mesmo tempo, distintas acerca da experiência do leitor, da dimensão política do ato de ler e das condições culturais de produção de sentidos.

A leitura das obras foi orientada por quatro questões: como cada autor concebe o leitor; de que maneira explica a produção de sentidos; quais condições históricas, sociais ou pedagógicas interferem no ato de ler; e quais consequências podem ser extraídas para o trabalho universitário. Em seguida, os conceitos foram dispostos em uma matriz comparativa e agrupados em três categorias: experiência histórica e subjetiva; prática crítica e dialógica; e apropriação cultural situada. A discussão também recorreu aos estudos de letramentos acadêmicos para evitar que inferências sobre a universidade fossem atribuídas diretamente aos autores clássicos. Por se tratar de pesquisa bibliográfica, não foram coletados dados com participantes, e as proposições pedagógicas apresentadas devem ser compreendidas como hipóteses analíticas, não como resultados generalizáveis.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em Manguel (2004), a leitura afasta-se de uma concepção meramente técnica de decodificação. Sua história evidencia que os modos de ler mudam conforme as condições sociais, os espaços, os objetos escritos e as formas de circulação do conhecimento. Leitura oral ou silenciosa, individual ou coletiva, intensiva ou extensiva são práticas produzidas historicamente. O leitor participa ativamente da construção de sentidos ao mobilizar memórias,

ISSN: 2358-8829

afetos, conhecimentos prévios e expectativas; por isso, uma obra pode assumir sentidos distintos entre leitores e também para a mesma pessoa em diferentes momentos.

A atenção de Manguel (2004) à materialidade do livro, aos espaços de leitura e aos episódios de censura mostra ainda que o acesso ao escrito está ligado a relações de poder. A leitura pode constituir experiência de descoberta, elaboração da memória e resistência, mas essas possibilidades dependem de condições concretas. No Ensino Superior, essa perspectiva convida a reconhecer o estudante como sujeito histórico e a substituir a busca por uma interpretação única pelo exercício argumentado da pluralidade, sem abandonar o rigor diante do texto.

Para Freire (2001), a compreensão da palavra articula-se à compreensão do mundo. A leitura constitui um ato de conhecimento no qual linguagem, experiência e realidade se relacionam. Essa concepção rompe com práticas educativas baseadas na transmissão de conteúdos prontos e na passividade discente. Em lugar da educação bancária, Freire (1987) propõe uma educação problematizadora e dialógica, na qual os sujeitos interrogam o conhecimento, confrontam interpretações e constroem possibilidades de intervenção na realidade.

Na perspectiva freireana, a docência deve organizar experiências nas quais o estudante participe da elaboração do conhecimento, em vez de ocupar apenas a posição de receptor (Freire, 1996). Aplicada à leitura universitária, essa orientação envolve explicitar objetivos, formular perguntas, relacionar textos a problemas concretos e abrir espaço para posições fundamentadas. O diálogo não elimina a responsabilidade docente nem o estudo sistemático; ao contrário, demanda mediação intencional, escuta e rigor crítico.

Chartier (1990), no campo da História Cultural, compreende a leitura como prática de apropriação. O sentido não reside exclusivamente no texto ou na intenção do autor, pois se produz no encontro entre formas discursivas, suportes materiais, convenções culturais e modos de uso. A organização do objeto escrito interfere nos gestos, ritmos e possibilidades de interpretação. Em obra posterior, ao examinar as transformações eletrônicas da escrita, Chartier (2002) mostra que a mudança de suporte altera a relação do leitor com a unidade e a ordem do texto. Não existe, portanto, um leitor abstrato e universal, separado de condições históricas e materiais.

Essa abordagem é fecunda para o Ensino Superior, no qual os modos legitimados de ler e escrever resultam de aprendizagens disciplinares. Os estudos dos letramentos acadêmicos mostram que essas convenções envolvem relações de identidade, linguagem e poder e nem sempre são explicitadas aos ingressantes (Lea; Street, 1998). Carlino (2005) acrescenta que a

ISSN: 2358-8829

leitura universitária deve integrar o ensino das disciplinas, porque compreender textos especializados exige conhecer os problemas, os conceitos e as formas de argumentação de cada campo. Reconhecer diferentes trajetórias não significa reduzir exigências, mas ensinar os procedimentos pelos quais a comunidade acadêmica produz e valida interpretações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das obras permite identificar uma primeira convergência: o leitor é sujeito ativo. Manguel evidencia a dimensão biográfica e afetiva da produção de sentidos; Freire ressalta a leitura como compreensão crítica da realidade; e Chartier demonstra que toda apropriação ocorre em condições culturais e materiais determinadas. As três perspectivas contestam a ideia de que ler consiste apenas em extrair uma mensagem pronta. No Ensino Superior, isso implica avaliar não somente a reprodução do conteúdo, mas a capacidade de relacionar ideias, reconhecer argumentos, interrogar pressupostos e construir respostas autorais.

Uma segunda convergência diz respeito à historicidade da leitura. Os modos de ler ensinados e valorizados pela universidade se constituíram em tradições disciplinares e se materializam em gêneros, vocabulários, protocolos de citação e formas de validação. Quando essas convenções permanecem implícitas, seu domínio pode ser confundido com capacidade individual, embora elas precisem ser ensinadas (Lea; Street, 1998; Carlino, 2005). A mediação pedagógica deve apresentar os objetivos da leitura, contextualizar os textos e tornar visíveis operações como comparar, sintetizar, problematizar e argumentar.

A articulação dos referenciais também oferece critérios para investigar práticas digitais, sem atribuir aos autores afirmações que suas obras não formularam. Chartier (2002) permite perguntar como o suporte eletrônico reorganiza a percepção da unidade textual e os percursos de leitura. A historicidade destacada por Manguel recomenda evitar a oposição simplista entre leitura impressa e digital. Já os princípios freireanos orientam a indagar se a tecnologia amplia a participação crítica ou apenas acelera o acesso a informações. O efeito do suporte, portanto, não deve ser presumido: depende da tarefa, do contexto e das formas de mediação.

No plano pedagógico, esses resultados sustentam sequências de leitura compostas por antecipação do tema, explicitação de objetivos, leitura anotada, discussão coletiva e produção de resposta autoral. Diários de leitura, perguntas problematizadoras, comparação entre textos e suportes, seminários dialogados e reescritas comentadas podem tornar o processo interpretativo observável. A avaliação deve considerar a progressão do estudante e oferecer devolutivas sobre estratégias de compreensão, coerência argumentativa e uso das fontes, evitando transformar uma única resposta em medida absoluta da competência leitora.

ISSN: 2358-8829

Há, contudo, uma tensão produtiva entre liberdade interpretativa e rigor acadêmico. O reconhecimento da subjetividade não autoriza qualquer interpretação, pois os sentidos precisam dialogar com elementos textuais, contextuais e bibliográficos. Do mesmo modo, valorizar os repertórios dos estudantes não significa abandonar o acesso ao conhecimento sistematizado. A síntese entre os autores aponta para uma leitura simultaneamente situada e responsável: aberta à pluralidade, sustentada por evidências e capaz de revisar suas próprias hipóteses.

A síntese produzida pelo estudo reúne três princípios. A historicidade impede tratar os modos acadêmicos de ler como naturais; o diálogo reconhece o estudante como participante da construção do conhecimento; e a apropriação situada exige atenção aos suportes, às convenções e às condições de acesso. Esses princípios não formam um método fechado, mas um quadro para planejar e analisar práticas de leitura. Nessa perspectiva, dificuldades não são naturalizadas nem atribuídas isoladamente ao estudante: tornam-se indícios para revisar a mediação, a explicitação das convenções e as condições de participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise mostrou que Manguel, Freire e Chartier convergem no reconhecimento da atividade do leitor, mas iluminam aspectos diferentes: experiência e memória; diálogo e criticidade; apropriação e materialidade. A aproximação com os estudos de letramentos acadêmicos permitiu trazer essas contribuições para a universidade sem transformar os autores clássicos em fonte direta de afirmações sobre contextos que não investigaram.

Como resultado, o artigo propõe a historicidade, o diálogo e a apropriação situada como princípios para a mediação da leitura universitária. Eles orientam a explicitação das convenções acadêmicas, a formulação de tarefas com propósito e a criação de oportunidades para que o estudante sustente e revise interpretações. O ensaio permanece limitado ao plano bibliográfico e não comprova a eficácia dessas proposições. Pesquisas futuras podem aplicá-las em diferentes cursos e suportes, descrevendo as intervenções e examinando seus efeitos sobre compreensão, participação e autonomia.

REFERÊNCIAS

CARLINO, Paula. Escribir, leer y aprender en la universidad: una introducción a la alfabetización académica. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. Os desafios da escrita. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ISSN: 2358-8829

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LEA, Mary R.; STREET, Brian V. The academic literacies approach to student learning in higher education. Studies in Higher Education, v. 23, n. 2, p. 157-172, 1998. DOI: 10.1080/03075079812331380364.

MANGUEL, Alberto. Uma história da leitura. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.